

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS CURRICULARES

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Coordenador da Ação: Cléia Demétrio Pereira¹

Autores: Camila Aparecida Macedo Gin; Fabrícia Bloemer; Josiane Alves da Silva Speck²

RESUMO: Este texto apresenta alguns resultados do *Programa de Extensão Políticas Públicas e Constituição dos Direitos Educacionais no Contexto das Práticas Curriculares*, cujo objetivo foi o de proporcionar espaços de conhecimento, diálogo, aprendizagens e troca de experiências acerca das políticas públicas e a garantia de direitos à educação, como reflexo das práticas curriculares em espaços educacionais formais e não formais. Contou com três ações: a primeira ‘Ciclo de formação continuada: da gestão educacional as práticas pedagógicas’; a segunda, o ‘Curso A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares na vida escolar’, e, a terceira ação, prevê o Curso a distância: ‘Produção de material adaptado aos alunos com deficiências: curiosidades da comunicação em Libras e Braille’, que encontra-se em andamento. Neste trabalho damos ênfase às duas primeiras ações de extensão, considerando que já encontram-se finalizadas. A primeira ação nos permitiu discutir e refletir sobre a importância do trabalho colaborativo, da gestão escolar estar articulada às demandas dos professores e alunos nos processos de aprendizagens, conseqüentemente, com a própria formação profissional que reflete diretamente na formação coletiva e nas relações humanas. A segunda possibilitou revisitar os planejamentos educacionais e romper com o pedagógico estático, a partir das interações lúdicas e o brincar, elementos que foram fundamentais nesse processo de ressignificação dos processos pedagógicos nos contextos educacionais. Por fim, as interações com os públicos envolvidos, reforçam a importância das atividades de extensão universitária que tende a aproximar os conhecimentos acadêmicos com os saberes da comunidade local e gerar transformações nestes espaços.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inclusão Escolar, Práticas Curriculares, Trabalho Colaborativo, Formação de Professores.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no início da década de 1990, por intermédio da Lei N° 8.069/1990 (BRASIL, 1990), os direitos das crianças e adolescentes marcaram, significativamente, a sociedade

1 Mestre em Educação, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Professora Assistente do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEAD/UDESC). e-mail: cleia.demetrio@gmail.com

2 Acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEAD/UDESC) e Bolsistas de Extensão.



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



brasileira, com destaque no campo da educação escolar, considerando sua implicação neste contexto.

A referida Lei, de acordo com Mori (2012, p. 658), necessita ser compreendida “como um avanço na ação tutelar dos direitos e dos deveres referentes à infância e à adolescência, não se constituindo lei de controle, mas de proteção em nível social e jurídico”.

Neste contexto, este trabalho apresenta alguns resultados das ações de extensão vinculadas ao Programa de Extensão *Políticas Públicas e Constituição dos Direitos Educacionais no Contexto Das Práticas Curriculares*, que teve o objetivo de proporcionar espaços de conhecimento, diálogo, aprendizagens e troca de experiências acerca das políticas públicas e a garantia de direitos à educação, como reflexo das práticas curriculares em espaços educacionais formais e não formais.

Este Programa de Extensão contou com três ações de extensão, das quais, a primeira, “Ciclo de formação continuada: da gestão educacional as práticas pedagógicas” teve a participação de 120 profissionais da rede municipal de educação de Gravatal/SC, com o total de 40 horas e foi desenvolvida em três momentos presenciais e, também a distância, pelo ambiente virtual de aprendizagem, na plataforma Moodle, do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEAD/UDESC).

A segunda ação, “Curso A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares na vida escolar” foi desenvolvida com crianças vinculadas ao Centro de Referência da Assistência Social e às instituições de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de educação de Braço do Norte/SC, que também envolveu seus respectivos professores, com a certificação de 40 horas. Esta ação teve o foco nos processos de aprendizagem pela literatura infantil, por meio da contação de histórias, de forma lúdica.

O Curso a distância: *Produção de material adaptado aos alunos com deficiências: curiosidades da comunicação em Libras e Braille* é a terceira ação que faz parte deste Programa de Extensão, que encontra-se em andamento.

Neste trabalho damos ênfase às duas primeiras ações de extensão, considerando que as mesmas já encontram-se finalizadas. Desse modo, a primeira



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas e
Mestrarias

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



ação nos permitiu discutir e refletir sobre a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais de diferentes setores sociais, assim como também, o da gestão escolar e sua articulação com as demandas dos professores e alunos nos processos de aprendizagens.

A segunda ação de extensão possibilitou o envolvimento de crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como de seus professores, que ao longo das atividades realizadas, proporcionou revisitar os planejamentos educacionais e romper com o pedagógico estático, a partir das interações lúdicas e o brincar, elementos que foram fundamentais nesse processo de ressignificação dos processos pedagógicos nos contextos educacionais.

Por fim, consideramos relevantes as interações com os públicos envolvidos, pois reforçam a importância das atividades de extensão universitária que tende a aproximar os conhecimentos acadêmicos com os saberes da comunidade local e gerar transformações nestes espaços.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento das ações de extensão, vinculadas ao *Programa de Extensão Políticas Públicas e Constituição dos Direitos Educacionais no Contexto das Práticas Curriculares* e concluídas, contou com atividades presenciais e a distância, pela plataforma Moodle, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

A primeira ação foi realizada por meio do *Ciclo de formação continuada: da gestão educacional as práticas pedagógicas* e contou com a participação de cento e vinte participantes, dentre eles, professores, gestores escolares, demais educadores da rede municipal de educação de Gravatal/SC, e, interessados da comunidade em geral, que constituíram o público dessa ação.

Mediados através de palestras ministradas por profissionais da área específica sobre a temática discutida, esta ação foi organizada em três momentos: no primeiro momento ocorreu com a participação de todos os profissionais da educação, inclusive com os gestores escolares, que discutiu o trabalho colaborativo, tendo como eixo norteador de decisões, o Projeto Político Pedagógico (PPP). O segundo abordou as rotinas escolares na educação infantil, numa perspectiva de



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



vida cotidiana, e, no terceiro momento, discutiu-se sobre a avaliação dos processos de aprendizagens como um direito educativo e a importância do planejamento do cotidiano escolar, considerando a presença de alunos com deficiências.

O desenvolvimento metodológico desta ação ocorreu por meio de um ciclo de palestras presenciais, vinculadas à temática, e também com uso das tecnologias de comunicação e informação, mais especificamente a *internet*, através dos recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, pela plataforma Moodle, espaço em que os participantes tiveram disponíveis os materiais de apoio, atividades propostas, fóruns de discussão, vídeoaulas, bate-papos, correio eletrônico, enquetes, dentre outras possibilidades de interação disponíveis pela *web*. Essas mediações constituíram-se em ricos espaços de aprendizagens e trocas de experiências sobre a temática em questão, totalizando 40hs.

A segunda ação de extensão, ocorreu pela mediação do *Curso A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares na vida escolar*, e, envolveu crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, da rede municipal de Braço do Norte/SC e seus respectivos educadores, as quais encontram-se vinculadas ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A opção por estes contextos educacionais formais e não formais deu-se pela identificação de crianças em situação de vulnerabilidade social e àquelas que apresentavam alguma deficiência. Participaram da ação de extensão cerca de 80 crianças entre cinco e dez anos de idade. Durante as intervenções com os diferentes grupos de crianças foi utilizado a literatura infantil, de forma lúdica, e desenvolvida a partir da contação de histórias, que propiciou a todos um importante espaço de diálogo e troca de aprendizagens. Além de contribuir com os processos de alfabetização das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

Decorrente da ação desenvolvida, foi realizado um estudo, no qual previu o aprofundamento sobre a influência da literatura infantil nos processos pedagógicos e aprendizagens das crianças em situação de vulnerabilidade social. Este estudo foi subsidiado pela pesquisa-ação, onde a participação dos sujeitos e da universidade permitiu um aprendizado de via dupla. Para Thiollent (2009) a pesquisa-ação



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



consiste em atrelar pesquisa e ação, onde os "atores implicados" interagem com os pesquisadores, buscando modificar a realidade em que estão inseridos. Contamos também com as contribuições de Abramovich (1997), Ziberman (1981), Kishimoto (2010), dentre outros, para apreender as questões teóricas e das práticas pedagógicas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O *Ciclo de formação continuada: da gestão educacional as práticas pedagógicas* foi muito significativo, conforme os próprios participantes destacaram, principalmente, por vivenciarem os momentos de suas práticas pedagógicas e suas articulações com os direcionamentos da políticas educacionais.

Imagem 1: Registros da primeira ação



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2017.

Esta imagem expressa alguns dos registros que ocorreram nas palestras realizadas com as vivências compartilhadas. Os espaços de debates mobilizaram professores e gestores na busca pela formação continuada, bem como refletir sobre suas próprias práticas. Foram momentos em que os professores tiveram vez e voz de dar visibilidade às suas inquietações do cotidiano educacional, de compartilhar suas experiências, desafios e conquistas. Os participantes ainda apontam a necessidade de continuar a discutir a avaliação escolar, principalmente no que se refere a avaliação de crianças com algum tipo de deficiência ou dificuldades de aprendizagem, uma vez que a temática vem ao encontro das necessidades dos professores, que expressaram suas inquietações, durante a ação de extensão.

A Imagem 2 expressa registros que fizeram parte da segunda ação, *Curso*



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento



CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



A alfabetização e o Estatuto da criança e do Adolescente nas práticas curriculares na vida escolar, que envolveu crianças e professores e demais interessados.

Figura 2: Registros da segunda ação



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2017.

Percebeu-se em cada intervenção com as crianças, com a contação de histórias, o quanto elas ficavam encantadas pelas literaturas. Vivenciavam como num conto de fadas, e com insistência, queriam mais e mais. Ziberman (1981), diz que a literatura infantil leva o leitor a um amplo entendimento da existência, em situações da vida cotidiana, além de proporcionar às crianças, o desenvolvimento da imaginação, da atenção, da memória e da fantasia.

Assim, compreendemos que a literatura infantil constitui numa importante aliada, com a contação de histórias, onde “[...] o primeiro contato da criança com o texto é feito oralmente” (ABRAMOVICH, 1997, p. 10), quando ouvem histórias infantis, trechos bíblicos ou histórias inventadas contadas pela família.

As crianças gostam de ouvir histórias e também de fazer comentários. Não gostam de ficar apenas ouvindo, caladas. Querem participar da história. Vão se tornando leitoras, ouvindo, vendo, falando, gesticulando, lendo, desenhando sua história, construindo novas histórias. (KISHIMOTO, 2010, p. 7). Com isso, concebemos a literatura infantil como uma rica oportunidade de contribuir no desenvolvimento das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo presente Programa de Extensão Universitária aponta a formação continuada de professores e gestores escolares



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento



CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



como um importante caminho para manter o diálogo presente na qualificação das práticas pedagógicas dos contextos educacionais, ao mesmo tempo em que contribui para a melhora das relações e da formação humana. Corroboramos que a Universidade tem se constituído num espaço promotor da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a partir de “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (BRASIL, 2012, p. 15).

Mediante as ações realizadas, constatamos que as trocas de experiências articuladas com os conhecimentos acadêmicos contribuem para romper com as práticas cristalizadas, a partir do trabalho colaborativo. As demandas das palestras, focadas nos direitos educacionais das crianças, foram base para pensar sobre o que normatiza as ações pedagógicas para todos os alunos, mesmo que apresentem características pessoais bem distintas.

A contação de histórias constituiu-se em momentos ricos de aprendizagem e envolvimento de todos as crianças e de seus professores. Consideramos relevante que as práticas pedagógicas perpassem pelas práticas literárias e que possibilitem às crianças “[...] a expressão lúdica durante as narrativas, a apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, para que a criança possa aproveitar a cultura popular de que já dispõe e adquirir novas experiências pelo contato com diferentes linguagens” (KISHIMOTO, 2010, p. 06).

Ao ouvir e recontar as histórias, as crianças têm a possibilidade não só de consumir cultura, mas também de serem produtoras de cultura (ABRAMOVICH, 1997), portanto reconhecemos a importância da literatura infantil nas práticas pedagógicas, e na formação integral das crianças, enquanto sujeito de direitos.

Por fim, consideramos relevantes as interações com os públicos envolvidos, pois reforçam a importância das atividades de extensão universitária que tende a aproximar os conhecimentos acadêmicos com os saberes da comunidade local e gerar transformações nestes espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



UNIOESTE
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pr. R. de Foz de Iguaçu - Foz de Iguaçu - PR



INSTITUTO
FEDERAL
Paraná

REALIZAÇÃO:



UNILA | PROEX
UNIVERSIDADE
NACIONAL
LUIZ DE QUILAS
INSTITUTO
DE PESQUISA
E EXTENSÃO

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069/1990, 1990.
- BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: FORPROEX, Manaus, 2012.
- KISHIMOTO, T. M. Brincadeira e brincadeira na educação infantil. FE-USP. São Paulo, 2010.
- MORI, Elcy. Estatuto da Criança e do Adolescente: responsabilidade moral e social do professor. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoinfantil/estatutodacriancaedoadolescente.pdf>>. Acesso em agosto de 2014.
- THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ZIBERMAN, Regina. A literatura Infantil na Escola. São Paulo: Global, 1981.



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

